

Rascunho de Acta # 74 – 4º Assembleia Geral 2010

Data: 10 de junho de 2010, de 14:30 a 18:00 h.

Local: Clube Transatlântico, São Paulo, Brasil.

1. Jeroen Douglas, o Presidente da RTRS e da Assembleia, abre a Assembleia Geral 2010.

2. Antes de aprovar a agenda final, o Presidente propõe retirar o segundo elemento do padrão da RTRS, Requerimentos de Cumprimento RTRS EU RED para Produtores Versão 1.0 devido ao fato de que o CE (DG Energy), no dia anterior, emitiu novas diretrizes para a implementação da EU RED. O grupo de trabalho da RTRS sobre biocombustíveis deverá rever o documento e informar os membros sobre a versão final numa etapa posterior.

3. Dawn Robinson, da Proforest, esclarece com relação a um erro na versão em inglês do Princípios e Critérios: o ponto b no item 4.4.1.2 foi omitido por engano nesta versão: “Não existe expansão em mata nativa”. Deve ser incluída a frase devido a que tem sido aprovada pelo Comitê Executivo.

4. O President apresenta uma atualização do trabalho da RTRS.

▪ O trabalho que se deve fazer neste ano:

- A versão final dos P&C, se for aprovada durante a AG, seria chamada o padrão da RTRS.
- Deve ser realizado um sistema de validação e certificação.
- Um padrão da Cadeia de Custódia, não apenas para alimentos e forragens, mas também para o cumprimento da EU RED.
- Uma plataforma para a comercialização de certificados.
- Este ano será apresentado o esquema da RTRS sobre a EU RED à Comissão Europeia.
- Anexo sobre No-GM para o padrão da Cadeia de Custódia.
- Mapeamento de AAVC e desenvolvimento de mecanismo para PSA.
- Criação de um modelo de receitas para financiar o Secretariado.

▪ Trabalho realizado durante o ano passado:

- Provas de campo no Brasil, Paraguai, Argentina e Índia.
- Anexo sobre EU-RED para o mercado dos biocombustíveis.
- Criação dos seguintes grupos de trabalho: GT sobre Traçabilidade e Estratégia para *Market Claims*, Grupos Técnicos Nacionais para Interpretações Nacionais no Brasil, Argentina, Paraguai e Índia, Grupo de Trabalho Técnico Internacional para finalizar o Padrão, Grupo Técnico Internacional de Verificação para o Sistema de Verificação, GT sobre Biocombustíveis, GT sobre a Cadeia de Custódia, GT sobre AAVC e o GT para a organização da Cadeia de Custódia de No-GM.
- Principais resultados das atividades de Extensão: aumento do grupo de produtores: ABCD + Wilmar International são membros da RTRS; importantes comerciantes varejistas europeus se unem à RTRS: ASDA, Waitrose e Dutch Food Retail Association.
- O principal produtor de biocombustíveis da Argentina entra na RTRS: Molinos de la Plata.

▪ Atividades futuras:

- Fase II dos processos de Interpretação Nacional na Argentina, Brasil, Índia e Paraguai.
- Início dos processos de Interpretação Nacional e uso do Padrão da RTRS na Bolívia e na China.
- Processo de aprovação das Entidades de Validação e Credenciamento das Entidades de Certificação.
- Lançamento de Programas de Capacitação sobre o Padrão em países chave a partir de julho de 2010.
- Uso do Padrão a nível dos estabelecimentos agrícolas e início do processo de certificação.

5. Ponto 1 da Agenda: Miguel Hernández, Secretário Executivo da RTRS, explica as normas para o processo na Assembleia Geral.

Requerimentos para o quórum: mais de 50% para cada grupo e dois terços do total dos membros dos três grupos. Os votos através de representantes são contados para o quórum.

Processo de votação: consenso de todos os grupos ou maioria simples em cada grupo (50% +1), e dois terços de todos os participantes.

Verifica-se o quórum.

Indústria: 71 membros ativos, 50 membros presentes (70% de quórum)

Sociedade civil: 16 membros ativos, 12 membros presentes (75% de quórum)

Produtores: 29 membros ativos, 24 membros presentes (82% de quórum)

Confirma-se o quórum e se abre oficialmente a Assembleia Geral.

6. Ponto 2 da Agenda: Minutas da Assembleia Geral 2009.

O Presidente pede aos membros que expressem seus comentários sobre as minutas, se existirem.

Um comentário de Diego Di Martino, da ADM: não se lembrava do consenso para que Jason Clay falasse na AG passada.

Decide-se trocar a palavra “consenso” por “permissão” na página 4 das minutas.

Votação das minutas:

Sociedade civil: 12 aprovações (100% dos membros presentes)

Produtores: 23 aprovações (96% dos membros presentes), uma abstenção.

Indústria: 49 aprovações (98% dos membros presentes), uma abstenção.

Regra dos dois terços: 72, 4% do total dos membros. 97% dos membros presentes.

Conclusão: São aprovadas as minutas.

7. Ponto 3 da Agenda: Documento da nova versão dos P&C.

Dawn Robinson, da Proforest, faz uma breve apresentação. Comentários destacados:

- O resultado de 5 anos de trabalho. A versão provas de campo, aprovada no ano passado, tem sido revista e concluída pelo Grupo Técnico Internacional (GTI), o qual estava constituído por 4 representantes de cada grupo. O GTI utilizou informação proveniente das provas de campo, as auditorias das provas, os rascunhos das interpretações nacionais e os comentários das partes interessadas sobre os rascunhos das interpretações nacionais.

- O Comitê Executivo aprovou a versão 1.0 dos P&C em 12 de maio de 2010.

- Nova estrutura do documento: 1) Preâmbulo, 2) Princípio, Critérios e Indicadores, 3) Orientação (anexo 1), 4), Orientação para a Interpretação Nacional (anexo 6), 5) Abordagem da Conversão Responsável (anexo 4), 6) Outros anexos: Acrônimos, Glossário e Definição de Manejo Integrado de Cultivos.

- Alterações nos Princípios 2, 4 e 5. Destacar no Princípio 2: Alterações menores no que diz respeito à compreensão de temas relacionados com a saúde e a segurança e esclarecimentos relacionadas com horas extras em operações de máxima atividade. Princípio 4: Alterações com relação à biodiversidade no lugar, esclarecimento dos tipos de queimada permitidos e alterações relacionadas com a expansão: foi alterado o nome do critério, orientação para os indicadores. Princípio 5: Esclarecimentos com respeito a pântanos (5.2), uso de agroquímicos (5.6), e aplicação de pesticidas (5.9).

- Serão definidos os establecimientos agrícolas pequenos dentro dos Grupos Técnicos Nacionais.

- A conversão responsável tem dois enfoques:

o Curto prazo: Data limite de maio de 2009. Não há expansão para mata nativa. Para outra vegetação: utilizar mapas oficiais do uso da terra ou levar a cabo avaliações de AAVC. Não há conversão se as reclamações não resolvidas do uso da terra por parte dos usuários tradicionais da terra se encontram em litígio.

o Médio prazo: processo de múltiplas partes interessadas de 2 anos. Desenvolvimento de mapas para indicar categorias de áreas, metodologia global, implementação de grupos nacionais.

Dawn Robinson agradece ao Secretariado e, especialmente, a Cecilia Gabutti pelo trabalho realizado em forma conjunta.

Observações e comentários dos membros:

O Sr. Di Martino, da ADM: Expressa que no ano próximo desejaria ter mais tempo que este ano para compreender as alterações introduzidas nos documentos que devem ser aprovadas. Neste documento em particular, ele destaca que não compreende o indicador 4.4.1.2 A. Por que levar em consideração 12 anos se há uma data limite?

Dawn Robinson, da Proforest, responde: O documento é o resultado deste processo único de partes interessadas, o resultado da negociação e de obter consenso, e, às vezes, isto acaba em algumas frases que não estão escritas da melhor maneira.

O Sr. Murphy, da Cargill: A Cargill está muito comprometida com o processo de setores múltiplos para obter o padrão de soja sustentável, mas sua preocupação é a futura viabilidade da RTRS devido à falta de partes interessadas que é muito chave. Ele expressa a preocupação da Cargill quanto a que não se fez muito mais para captar partes interessadas relevantes. Existem outras preocupações:

- O custo e o pagamento por serviços ambientais.
- A última preocupação é se este padrão verdadeiramente consegue o objetivo de ser “um padrão sustentável para a soja que seja usada em todo o mundo” ou se é requerido um período de prova mais longo.

O Sr. Di Martino, da ADM: Ele não acha que a RTRS esteja atraindo uma grande quantidade de produtores. A RTRS deve ser cuidadosa em não colocar empecilhos demais e, portanto, impedir que as pessoas se unam a ela. A RTRS tem que conseguir que as pessoas entrem nela e, depois, começar a fazer modificações de maneira tal que os produtores possam atingir um certo nível de sustentabilidade.

O Sr. Jan Kees Vis, da Unilever: O grupo que hoje falta é Aprosoja, que se retirou no ano passado devido à redação proposta para 4.4. Agora contamos com o grupo de trabalho sobre AAVC, que vai guiar o processo de mapeamento. Ele acha que é aconselhável convidar a Aprosoja a participar deste grupo de trabalho como observador já que o mapeamento pode esclarecer a brecha entre a redação atual do ponto 4.4 e o código florestal brasileiro. Ele espera que a RTRS possa contar com a Cargill e ADM para convencer os produtores da Aprosoja de unir-se ao processo.

O Sr. John Landers, da APDC: É importante atrair os produtores. Devido a que há produtores que poderiam ter dificuldades, recomenda analisar algumas formas intermediárias de conseguir o padrão.

O Sr. Daniel Nepstad, da IPAM: Comenta sobre a proposta do Sr. Vis. Além de voltar a recrutar a Aprosoja ou a ABIOVE para a RTRS, hoje é uma oportunidade extraordinária na política do uso da terra do Brasil. Muitos dos obstáculos do código florestal podem ser resolvidos com planos de zonificação. Na atualidade, a resistência a voltar à RTRS está relacionada com a situação política da política do uso da terra no Brasil, mas existe uma solução que pode ser obtida com uma legislação flexível.

Bruce Wise, IFC: Parabeniza a equipe pelo padrão devido a que é um bom padrão. Existirá respaldo da IFC. Ele esperará para ver os resultados.

Votação do Padrão:

Sociedade Civil: 12 aprovações (100% dos membros presentes)

Produtores: 24 aprovações (100% dos membros presentes)

Indústria: 46 aprovações (92 % dos membros presentes), 3 reprovações e 1 abstenção.

Regra dos dois terços: 95 %

Conclusão: aprova-se o PADRÃO DA RTRS 1.0.

Aplausos e o presidente parabenizou a todos aqueles que participaram activamente no desenvolvimento do 1,0 padrão.

8. Ponto 4 da Agenda: Eleição dos Membros do Comitê Executivo:

O Secretário Executivo, explica que quando os cargos disponíveis num grupo são iguais à quantidade de candidatos, os membros não têm que votar, só confirmar.

Cargos disponíveis: 2 para cada grupo.

Candidatos para o grupo da Sociedade Civil: Yan Speranza, de Fundación Moises Bertoni (Paraguai), e Caio Magri, Instituto Ethos (Brasil).

Yan Speranza não pôde assistir à Assembleia Geral por motivos pessoais.

Caio Magri comenta sobre sua candidatura: Ethos confia muito em que este processo construirá uma nova economia, uma economia sem impactos ambientais, com altos índices de inclusão social e de comportamento ético. Ethos deseja continuar contribuindo.

O grupo da Sociedade Civil confirma os dois candidatos.

Candidatos para o grupo de Produtores: Rajiv Kumar Singh, de Samarth Kisan Producer Co Pvt. Ltd. (Índia), Alex Ehrenhaus, de Los Grobo (Argentina), e John Landers, de APDC (Brasil).

Rajiv Kumar Singh se apresenta, expressa seu apoio à RTRS, mas retira sua candidatura.

Candidatos para o grupo da Indústria: Jan Kees Vis, da Unilever (Holanda), e Federico Pochat, da CARBIO (Argentina).

O Presidente da RTRS considera fechada a eleição já que não é necessário levar a cabo nenhuma eleição.

Conclusão: Membros do Comitê Executivo eleitos ou reeleitos para 2010-2012: Yan Speranza e Caio Magri (Grupo da Sociedade Civil), Alex Ehrenhaus e John Landers (Grupo dos Produtores), e Jan Kees Vis e Federico Pochat (Grupo da Indústria).

9. Ponto 5 da Agenda: Relatório e Auditorias 2009.

Christopher Wells, tesoureiro da RTRS, apresenta o relatório de auditoria.

Pontos principais a salientar:

- Fonte principal: LNV (Ministério de Agricultura, Natureza e Qualidade dos Alimentos da Holanda), IDH (Dutch Sustainable Trade Initiative - Iniciativa de Comércio Sustentável da Holanda), MVO (Product Board for Margarine, Fats and Oils – Comitê de Produtos para Margarina, Gorduras e Óleos), SECO (State

Secretariat for Economic Affairs of Switzerland – Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça), Solidaridad, e receitas por quotas dos membros.

- Houve um balanço positivo em 2009. As doações constituíram a maior parte das receitas em 2009.
- O orçamento para 2010 é positivo.

Marieke Leegwater destaca que as doações de MVO, em realidade, foram doações de um grupo de empresas e que MVO foi simplesmente o contato final com a RTRS.

O Presidente pergunta aos três grupos se aceitam os resultados.

O grupo da Sociedade Civil, o grupo dos Produtores, e o grupo da Indústria adotam totalmente os resultados.

Christopher Wells pergunta se estes auditores, da Argentina, poderiam ser os mesmos para o ano próximo também.

Grupo da Sociedade Civil: 12 aprovações (100%)

Grupo dos Produtores: 24 aprovações (100%)

Grupo da Indústria: 46 aprovações (92%) e 4 abstenções

Os mesmos auditores (Dechiara e Asoc.), da Argentina, trabalharão em 2011.

Conclusão: adota-se o relatório de auditoria e os mesmos auditores trabalharão no ano próximo.

Encerramento: O Presidente agradece a todos os membros e observadores por sua assistência à Assembleia Geral e a mesma fica formalmente encerrada.